

PARTIDO E MILITÂNCIA SINDICAL

A ATUAÇÃO COMUNISTA NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO (1947-1964)¹

Marco Aurélio Santana
Universidade Federal de Ouro Preto

RESUMO

Este artigo pretende analisar como se realizou a intervenção do PCB no período de 1947 a 1964 em um sindicato específico: o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. O autor procura discutir as formas e os mecanismos utilizados pelos comunistas com vistas à implementação de sua linha política no interior do sindicato. O objetivo dessa discussão é verificar em que medida o PCB conseguiu implementar suas diretrizes políticas e funcionar efetivamente como direção política dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: *Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro; PCB; comunistas; movimento sindical; comissões sindicais de empresa.*

I. INTRODUÇÃO

Por sua importância concreta, a relação do Partido Comunista do Brasil, o PCB, com o movimento sindical brasileiro no período 1945-1964, ocupa lugar de destaque no interior dos estudos sobre o sindicalismo. A discussão sobre o papel desempenhado pela intervenção dos comunistas nas orientações seguidas pelo movimento sindical, principalmente no que diz respeito à sua atuação “por dentro” da estrutura sindical corporativa, perpassa todo o debate sobre o assunto.

A intenção essencial do presente trabalho é analisar como se deu concretamente a intervenção dos comunistas em um sindicato específico, buscando com isso discutir as formas e os mecanismos utilizados pela militância comunista para a implementação de sua linha política, a fim de verificar até que ponto o PCB conseguiu

implementar suas diretrizes, funcionando efetivamente como direção política dos trabalhadores.

Ao longo da análise se levará em conta os obstáculos estabelecidos ao intento partidário. Na consecução de sua prática, o PCB não estava “sozinho no mundo”. Sua política sofria resistências ora internas, ora externas, as quais ele tentava, de alguma forma, resolver. É a partir da análise da relação do partido com esses obstáculos que esse estudo se insere no debate existente na literatura pertinente. Ele está pontuado por três temas inerentes ao debate. Um deles é o que trata da relação entre grupos políticos (negociações, alianças, disputas etc.). Outro, aquele que se refere à relação entre direção política e espontaneidade (construção do consenso, controle da massa operária, canalização do movimento para os interesses partidários, rompimento deste controle pelos trabalhadores). Finalmente, aquele que diz respeito à construção e/ou utilização de formas organizativas para obtenção de espaços de socialização e implementação da linha política (sindicato, comissões, conselhos sindicais etc.). Além destes três pontos, será abordado um outro praticamente ausente nos estudos anteriores. Ele diz respeito às tensões internas entre direção e base parti-

¹ O presente trabalho tem como referência a Dissertação de Mestrado que apresentei ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do IFCS/UFRJ em janeiro de 1992 e o *paper* apresentado na XVI Reunião Anual da ANPOCS realizada em outubro de 1992. Quero agradecer ao amigo José Ricardo Ramalho pelas importantes sugestões que fez ao texto.

dárias e seus reflexos sobre a linha política do partido e sobre a sua efetivação.

Acompanhando os passos da militância comunista, quase que quotidianamente, através de entrevistas e documentos sindicais, pudemos montar um mosaico que dá conta das relações estabelecidas por esta militância dentro e fora do âmbito de sua categoria-referência. Neste rastreamento conseguimos verificar como se dava concretamente os movimentos dos militantes comunistas no sentido da efetivação de sua proposta política e de que forma esta efetivação foi particularizada, especificada pelas condições concretas do meio onde intentava se implantar.

O espaço na produção acadêmica para a influência deste ou daquele grupo político sobre o movimento dos trabalhadores é muito maior do que aquele reservado às influências deste movimento sobre a prática dos setores militantes. Muito se falou sobre o controle e a canalização do movimento sindical para os limites da estrutura sindical corporativa pelos comunistas. Porém, pouco se disse sobre como se estabeleceu este processo e quais as resistências “ativas” ou “passivas” colocadas como obstáculos a ele pelos trabalhadores.

Analizando em termos concretos, a partir de um caso específico, as possíveis influências de um setor militante no movimento sindical em sua entidade-referência, este estudo busca dar uma contribuição à compreensão do sindicalismo no período e suas articulações com outros agentes sociais. No entanto, isto é feito sem que se perceba essa relação como sendo de mão única, de forma unilateral. Ao contrário, buscou-se verificar as influências recíprocas e as tensões conformadoras de todas as relações analisadas.

Com todos os problemas enfrentados pelo movimento sindical e pelo PCB no intervalo 1945-1964, pode-se dizer que se tratou, para ambos, de um período de ricas experiências, ocupando na história destes dois agentes um posicionamento privilegiado. É interessante ressaltar também que em nenhum outro momento a trajetória dos mesmos foi tão inextricavelmente articulada, ao ponto de tornar-se praticamente impossível falar de um sem referência ao outro. Não é por acaso, portanto, que as análises sobre o movimento sindical no período acabem, em

algum instante, por centrar sua preocupação justamente nessa articulação.

Um dos principais analistas dessa conjuntura, direcionando sua atenção para um período da mesma, assinala que em termos da relação partido/sindicato/classe, “poucos momentos da história política serão tão esclarecedores a este respeito” (WEFFORT, 1973: 71). Dessa forma, a discussão de um momento como este pode contribuir para a compreensão da conjuntura em que vivemos, onde esta relação se estabelece, ainda, como uma das mais complexas e delicadas no interior do movimento sindical.

II. AS FORMULAÇÕES EXPLICATIVAS E O DEBATE INTELECTUAL²

Podemos perceber que, olhados em seu conjunto, os estudos referentes ao movimento operário e sindical do período 1945-1964, ao observarem a relação estabelecida entre o PCB e o movimento organizativo dos trabalhadores, têm como eixo de análise as influências do grupo político sobre as formas e a orientação daquele movimento, bem como a relação de tal movimento com o Estado. Grosso modo, a discussão está reduzida ao papel desempenhado pelo PCB como elemento mediador na incorporação do movimento sindical ao Estado populista brasileiro via atuação “por dentro” da estrutura sindical corporativa.

Nos trabalhos de Weffort (1973, 1978a e 1978b), onde o movimento sindical dos anos 1945-1964 é caracterizado como “sindicalismo populista”, um dos pontos centrais da análise é aquele que assinala o pouco empenho dos comunistas na alteração da estrutura sindical corporativa. Assim como em suas origens, o sindicalismo populista em seu período de “amadurecimento” e configuração final contou com os comunistas para dar-lhe vida, sem que estes últimos apresentassem qualquer caminho alternativo para sua superação, na medida em que utilizavam a moldura dessa estrutura para a efe-

² Optei aqui por uma apresentação bastante sumária de alguns estudos, trabalhados enquanto exemplares de linhas de análise. Uma exposição mais completa e detalhada da produção sobre o tema pode ser encontrada em Santana (1992).

tivação das lutas sindicais. Isso acabou por subordinar o movimento sindical a uma participação limitada no contexto da estrutura corporativa vertical. Segundo essa lógica de atuação, o distanciamento das bases surgiu como uma resultante.

A interpretação sugerida por Vianna (1983) constitui-se numa alternativa à análise desenvolvida por Weffort. Para ele, a sobrevida dos elementos e formas de controle sobre as classes subalternas, no pós-1945, deveu-se mais ao compromisso mantido entre as frações burguesas industrial e agrária do que a uma política equivocada das lideranças operárias. Segundo o autor, a orientação seguida pelos comunistas e pela esquerda democrática na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 não deixa dúvidas sobre sua atuação. A correlação de forças não permitia outra alternativa senão aquela do avanço por dentro dos espaços existentes. Ocupando os espaços estabelecidos na estrutura sindical corporativa, a esquerda e seus sindicatos alargaram os espaços de atuação, senão invertendo, pelo menos “duplicando a mão de direção sinalizada nos canais construídos para vincular os sindicatos ao Estado” (VIANNA, 1983: 99). Embora tenha sido eficaz na conquista destes canais, o PCB, assinala Vianna, gastou sua energia no sentido de atrair a adesão da burguesia nacional às propostas de reforma da estrutura do Estado e da propriedade. Esta estratégia tinha como objetivo abrir espaços para o surgimento de um poder democrático-nacionalista sob a hegemonia operária. O esforço de concretização desta estratégia pela classe operária acabou se dando em “prejuízo da expansão de seu trabalho de base e do crescimento da sua autonomização real no interior da sociedade” (VIANNA, 1983: 100-101).

Ambos os trabalhos referidos acabaram por se tornar marcos interpretativos, adquirindo aqui e ali afiliações às suas interpretações. Embora densos em suas análises, os estudos de Weffort e Vianna, pela sua própria natureza ensaística, padecem de uma maior sustentação empírica. As generalizações feitas em alguns casos, se abrem espaços, lançando luz sobre determinados aspectos, podem propiciar uma má compreensão quando as referimos a casos concretos. Só para citar um exemplo, Weffort argumenta que no

sindicalismo populista as reivindicações políticas assumiram foro de centralidade em detrimento das reivindicações econômicas. A pesquisa de Troyano (1978) indica que, no caso dos trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêuticas de São Paulo, o sindicato — naquela conjuntura orientado pela estratégia da emancipação nacional — era um dos mais reivindicativos no plano econômico. Por outro lado, a utilização que Vianna faz desta constatação é bastante questionável, à medida que lhe atribui um caráter geral: “pesquisas empíricas recentes [cita Troyano], entretanto, sugerem que os sindicatos mais reivindicativos no plano econômico se orientavam pela estratégia da emancipação nacional” (VIANNA, 1983: 98).

Além do exposto acima, podemos assinalar um outro dado importante nos dois estudos: o fato de que, embora concordem quanto ao distanciamento entre as lideranças e as bases — apesar de discordarem dos motivos que levaram a isso —, não encontramos uma exposição acerca dos mecanismos utilizados pelo partido, por exemplo, na busca da consecução de sua política junto aos trabalhadores. Dado que seria fundamental para pensarmos a eficácia do grupo político e sua capacidade de orientação e direcionamento na conformação das práticas do movimento sindical.

Neste particular os trabalhos de Spindel (1980), Maranhão (1979) e Moisés (1978) contribuem para ampliar a compreensão da relação entre o PCB e o movimento sindical, levando em conta os mecanismos e instrumentos utilizados pelo partido na tentativa de tornar-se a direção política dos trabalhadores brasileiros.

Spindel (1980) analisa a situação do PCB sem esquecer o sistema político mais geral no qual o partido estava inserido e as relações do grupo político com a classe operária que seria a “classe potencialmente mobilizável politicamente”. Segundo o autor, entre as determinações da estrutura política e as possibilidades reais do partido no que diz respeito ao controle da classe é que se abriram, em momentos de crise, espaços para que esta classe se manifestasse de forma autônoma, para além do controle do partido, como ocorreu nos surtos grevistas de fins de 1945 e início de 1946 (SPINDEL, 1980: 23-24).

Sendo um dos poucos estudos a tratar diretamente dos mecanismos utilizados pelo PCB na canalização do movimento operário na direção dos interesses partidários, o trabalho de Moisés (1978) apresenta uma visão bastante crítica da intervenção dos comunistas³. Analisando a famosa greve dos 300 mil ocorrida em 1953, Moisés indica como os comunistas teriam atuado junto ao movimento surgido de forma “espontânea, isto é, sem lideranças”, onde “setores da classe trabalhadora acabaram por encontrar a sua identidade no processo mesmo de luta e conseguiram definir perspectivas próprias, ainda que momentaneamente” (MOISÉS, 1978: 66). Ainda que fora do sindicato, os comunistas teriam se dirigido para a constituição de comissões de empresa (as quais também teriam surgido da intervenção das massas em ação espontânea) e para as comissões de salários de onde passaram a dirigir o movimento. A crítica do autor é mais ao conteúdo do que à forma da ação comunista. Ao criar comissões sindicais de empresa “tratava-se de preparar, na base, a política de penetração nos sindicatos oficiais” (MOISÉS, 1978: 133).

Do mesmo modo que o trabalho de Moisés (1978), o de Maranhão (1979) tem como um de seus focos de preocupação a análise de greves e mobilizações operárias na conjuntura em questão. O autor discute a relação estabelecida entre o PCB e o movimento dos trabalhadores entre 1945 e 1948, a partir dos instrumentos utilizados pelo grupo político na tentativa de canalização deste movimento na direção dos interesses do Partido. O interessante no trabalho de Maranhão, fato quase inexistente na literatura pertinente, é a possibilidade que ele nos fornece de se pensar não só a influência da esquerda no movimento dos trabalhadores, mas também o inverso, isto é, a influência do movimento dos trabalhadores nas práticas da esquerda.

Tendo visto algumas das linhas interpretativas sobre a relação do PCB com o movimento dos trabalhadores na conjuntura 1945-1964, passemos a analisar como se deu esta relação na base metalúrgica do Rio de Janeiro, suas

identidades e suas especificidades frente ao contexto geral delineado, ainda que de forma conflitante, pelas análises anteriores.

III. A INTERVENÇÃO MINISTERIAL E A LUTA PELO RETORNO AO ESPAÇO SINDICAL (1947-1950)⁴

No período 1947-1950, o PCB encontrou uma situação difícil para a implementação de sua linha política no seio da categoria metalúrgica do Rio de Janeiro. As restrições promovidas pelo governo Dutra ao processo de redemocratização em curso, produziram, no campo sindical, o cerceamento da atuação da militância comunista. Proibida de transitar no espaço sindical, a militância operária do PCB na base metalúrgica passa a atuar “por fora” do sindicato, elegendo o interior da fábrica como local central de sua atividade.

Em sua atuação no interior das empresas, os comunistas agiam clandestinamente e não podiam se utilizar das estruturas organizativas já existentes nos locais de trabalho — os conselhos sindicais de fábrica ou empresa —, já que os mesmos, assim como o sindicato, estavam sobre o forte tacão do interventor Manoel Cordeiro, imposto pelo Ministério do Trabalho. Este fato dificultou, ainda que não tenha impedido, o avanço da militância comunista entre os trabalhadores metalúrgicos. Vale dizer que outros grupos também encontraram esta mesma dificuldade. Isto porque todos os setores considerados “contra a lei e a ordem” — e aí entravam quaisquer grupos que se opusessem à intervenção (trabalhistas, socialistas, independentes etc.) — eram colocados sob a rubrica “comunista” e denunciados ao Ministério do Trabalho⁵.

Para os comunistas, a partir de 1948, a neces-

³ Para um contraponto das visões expostas por Moisés, ver Gorender (1987) e Costa (1995).

⁴ Todas as informações sobre a atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro contidas no texto daqui em diante, foram obtidas a partir de exaustivo trabalho de pesquisa em periódicos, acervo sindical e entrevistas com diversos militantes metalúrgicos. Estas fontes serviram de base a minha Dissertação de Mestrado. Para maiores detalhes, ver Santana (1992).

⁵ Manoel Cordeiro se esmerava em seu trabalho de interventor. Nas listas de sócios enviadas ao Minis-

sidade de atuação no espaço fabril, relegando o espaço sindical a segundo plano, se transforma em orientação política, tendo em vista que o partido assume como linha política uma posição “esquerdista”, marcada por uma postura que punha o processo revolucionário imediato na ordem do dia. Nessa linha, os sindicatos oficiais, capitaneados por “pelegos”, deveriam ser “esvaziados”, sendo o papel da militância trabalhar no sentido da constituição de organismos paralelos que servissem ao processo revolucionário, tudo isso sem alianças com os “partidos burgueses”. Ao recrudescimento do governo Dutra, que a este ponto inclusive já cassara sua legalidade, o PCB respondia com a proposta de um ataque frontal⁶.

Na base metalúrgica, o processo de implementação desta linha política sofreu algumas modificações uma vez que, embora “por fora” do sindicato e tendo o espaço fabril como único e restrito local de atuação, a militância comunista trabalhou conjuntamente com outros setores (como o trabalhista, por exemplo) para dar fim à intervenção no sindicato. Além disso, esta militância atuou firmemente também para retornar ao espaço sindical ao invés de esvaziá-lo ou se afastar dele⁷.

Este descompasso entre a atuação da militância comunista na base metalúrgica e a linha geral do partido, que podia ser sentido em

outros setores além do metalúrgico⁸, só se desenvolverá em tensão interna quando, ao fim do período, a direção partidária tenta fazer valer suas orientações. É interessante salientar que tais orientações também pouco ou nada tinham a ver com a política geral defendida pelo partido, o que causou um movimento de desobediência no seio de sua militância operária metalúrgica. Essas orientações obrigavam a militância a apoiar o interventor no pleito eleitoral, pois este seria o único caminho imaginado para suspender a intervenção. Para a militância que enfrentava o interventor e suas arbitrariedades, era um exercício doloroso ter que, de repente, apoiá-lo eleitoralmente. Na prática isso não ocorreu, já que encontraremos a militância comunista na linha de frente do trabalho de enfraquecimento e destituição do interventor⁹.

Com isso, pode-se dizer que no período 1947-1950 a atuação do PCB foi caracterizada por um incipiente controle sobre a base de trabalhadores metalúrgicos, que se dava ainda de forma pouco orgânica, além das dificuldades encontradas no sentido de fazer com que a sua base partidária efetivasse suas deliberações. Fica indicado também o descompasso, que será uma constante ao longo do período, entre prática concreta e orientação política geral.

tério do Trabalho para serem avaliadas e cotejadas com as do próprio Ministério em busca de possíveis “agitadores comunistas”, muitas vezes ele anexava um novo elenco de nomes indicando: “não constam da lista mas são comunistas”.

⁶ Maiores informações acerca das sucessivas linhas políticas seguidas pelo partido podem ser encontradas em: Chilcote (1982), Corrêa (1980), Pacheco (1984) e Gorender (1987).

⁷ Vale mencionar aqui a contribuição de Buonicore (1996) acerca da ação comunista sob a égide da linha política “esquerdizante”. O autor faz uma interessante leitura dos documentos oficiais do partido e de sua prática, indicando não haver nada indicado em termos de um afastamento total da militância dos sindicatos oficiais. O problema é que pesquisas realizadas com fontes orais em diferentes estados e com diferentes militantes indicam que, pelo menos na prática, esta teria sido a orientação do partido (ver Santana, 1992

e Costa, 1995). Estes relatos são corroborados pela autocrítica oficial do Partido, realizada em 1952, acerca da prática sindical comunista.

⁸ Gorender (1987) fornece um bom painel do que foi este descompasso, no nível geral, entre as orientações políticas e a atuação prática do partido.

⁹ Nas palavras de um militante comunista da época: “um dia, na hora do almoço, estou conversando com os companheiros; chegou o companheiro Izaltino Pereira que estava a serviço do Partido, como mensageiro, fazendo ligações. Chegou e me chamou: ‘ô Santos, quero falar com você’. Então, mais dois companheiros de célula vieram para perto. ‘O problema é o seguinte: o metropolitano tirou uma resolução para que nós déssemos todo o apoio à chapa de Cordeiro’. Eu disse: ‘olha Izaltino, Cordeiro como interventor é uma coisa, porque eu não posso fazer nada. Mas legalizar Cordeiro no sindicato como presidente, isso de forma nenhuma’”. Depoimento do Sr. Heraclides Santos fornecido ao autor e a José Ricardo Ramalho em 08/03/1988.

A luta conjunta dos diversos setores militantes na categoria metalúrgica em busca da normalização da atuação no espaço sindical encontra no período que se abre, com o retorno de Vargas à presidência e a gradual distensão promovida na vida dos sindicatos, um campo fértil. Esta “flexibilização” possibilita inclusive a derrocada final do interventor afastado do órgão de classe em 1950, pelo Ministério do Trabalho, após não ter conseguido *quorum* eleitoral em duas tentativas seguidas¹⁰.

IV. A LUTA PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO SINDICAL: OS COMUNISTAS DE VOLTA AO SINDICATO E AINDA NA OPOSIÇÃO (1950-1954)

O fim da intervenção que se dá formalmente em 1950, embora só se realize efetivamente com o processo eleitoral de 1953, abriu a perspectiva para a militância comunista lutar pelo retorno da atuação no espaço sindical, o que foi conseguido rapidamente. De volta ao sindicato, os comunistas puderam sair da clandestinidade, podendo agora apresentar suas posições para a disputa com outros grupos políticos.

O movimento sindical ressurgia como um todo após o período repressivo do governo Dutra, promovendo mobilizações e organizações no nível nacional. Na base metalúrgica, os comunistas vão trabalhar no sentido de articular a luta dos metalúrgicos com as lutas da classe trabalhadora em seu conjunto, utilizando assembleias e reuniões para dar informes e propor mobilizações, além de atos de apoio a movimentos já existentes.

No que diz respeito às movimentações específicas no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, a militância comunista atua até 1953 aliada com o setor trabalhista, tendo pequenas divergências em pontos de menor importância, o que não dificultava a convivência e a ação conjunta. Com isto, a militância comunista na base metalúrgica é uma das parcelas do

partido que, na prática, vai pressionar por uma mudança de linha política. Em termos gerais, isto significava uma crítica da linha política “esquerdizante” posta em prática desde 1948 e sacramentada pelo chamado Manifesto de Agosto de 1950¹¹. No campo sindical, abria espaços para a articulação com outros grupos.

A atuação da militância comunista nestes moldes (no interior do sindicato oficial e associada a outros grupos definidos pela direção partidária enquanto “reformistas”) estava em franco descompasso com a linha política do partido. Este descompasso parece ter sido a tônica da intervenção comunista no movimento sindical. Só a partir de 1952 o partido se propõe, como linha sindical, a voltar ostensivamente aos sindicatos oficiais e oficializar as alianças então já efetuadas na prática (CHILCOTE, 1982; PACHECO, 1984)¹². Esta mudança de linha se deveu em grande medida às pressões vindas “de

¹¹ Segundo Corrêa (1980), ela “começou a ser exposta em janeiro de 1948 [...] preconizava o golpe principal sobre o nacional-reformismo da burguesia e pregava a escalada insurrecional. O inimigo principal eram o imperialismo e o latifúndio, mas o golpe principal deveria ser desfechado sobre a burguesia em bloco [...]; essa concepção foi levada para a orientação sindical e para os locais de trabalho”. Ele prossegue: “nossa linha de trabalho com o proletariado estava em sintonia com a linha política geral e se caracterizava pela já referida direção do golpe principal, o abandono dos sindicatos e a criação dos sindicatos paralelos independentes e a tentativa de arrancar greves de qualquer modo. O resultado, como sabemos, foi a brusca queda de nossa influência sobre as massas e a destruição e o enfraquecimento das bases de empresa. O campo para a ação da trabalhismo estava facilitado” (CORRÊA, 1980: 145).

¹² Esta nova linha sindical vai ser definida pela “Resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, sobre organização e unidade da classe operária”. Ela foi adotada a partir da reunião do Comitê Nacional, em julho de 1952, e fazia uma séria autocritica da prática sindical dos comunistas. Seguindo este documento, “colocamo-nos, na realidade, contra a organização existente no país — a do Ministério do Trabalho — e quisemos, na prática, criar outro movimento sindical, independente [...] sem que existissem condições para isso [...]. Não lutávamos, na verdade, pela conquista dos sindicatos

¹⁰ Obviamente as ações da oposição se fizeram sentir. Nas palavras de Heraclides Santos: “Nós, nas empresas, onde estava o eleitorado, não nos descuidávamos [...]. E nós, junto com aqueles companheiros velhos da luta, sabotamos as eleições”. Depoimento ao autor e a José Ricardo Ramalho em 08/03/1988.

baixo”, da base sindical. Por sua origem e sua identidade em termos de pressão pela mudança de orientação política, os sindicalistas eram conhecidos no partido por “sindicalistas”.

É interessante notar que apesar da alteração da linha partidária em termos sindicais, na prática nem tudo parecia ter mudado no tratamento dispensado aos militantes comunistas metalúrgicos, uns dos pioneiros das alianças no período. A direção parecia agir nos moldes antigos, gerando tensão na sua base metalúrgica. Esta tensão interna ocorreu no primeiro processo eleitoral pós-intervenção que se realiza em 1953. Depois de um processo moroso de liberação da eleição pelo Ministério do Trabalho¹³, no qual a militância comunista já optara pelo apoio à chapa trabalhista, a direção partidária impõe o lançamento de uma chapa comunista. Tal fato gerou um movimento de desobediência entre os militantes. Para que se tenha uma idéia da ligação dos comunistas com a chapa trabalhista, basta dizer que a maior parte dos membros da “comissão de propaganda” da chapa era militante comunista.

Embora tenham havido resistências, a direção partidária conseguiu a partir da prática do “centralismo democrático” e de lideranças intermediárias estreitamente identificadas com ela, lançar uma chapa que acabou sendo derrotada.

O lançamento da chapa comunista precipitou um “racha”, mesmo que provisório, entre militantes comunistas, fazendo com que uma parte apoiasse a chapa comunista e outra parte continuasse apoiando a chapa trabalhista. Ao longo do processo eleitoral e da gestão que se seguiu,

para a classe operária. Dizíamos que se devia atuar nos sindicatos, que não devíamos perder nenhuma oportunidade para neles trabalhar, mas ao mesmo tempo chamávamos indistintamente de ‘pelegos’ e de agentes no Ministério do Trabalho a todos os que participavam nas direções dos sindicatos, e dizíamos que nada os trabalhadores podiam esperar de semelhantes organizações ministerialistas” (*Problemas — Revista Mensal de Cultura Política*, nº 42, set./out. 1952).

¹³ Isto demonstra os limites da chamada liberalização varguista. Buonicore (1996) fornece outros bons exemplos desta “liberalização”.

tendo na direção sindical os trabalhistas, a militância comunista, sintonizada com as orientações da direção partidária, posicionou-se radicalmente contra os trabalhistas, consolidando o rompimento com a sua prática vigente até então e voltando a agir segundo uma linha que, na prática e pelo menos enquanto orientação sindical, o partido já havia abandonado.

Pode-se dizer que no período 1950-1954, na categoria metalúrgica, o PCB vai consolidando o controle sobre suas bases partidárias, reduzindo os espaços de práticas autônomas. O mesmo processo ocorre na relação entre a militância comunista e a base de trabalhadores. O sentido crescimento da influência comunista na categoria se dá, neste momento, de forma orgânica. A liberação do espaço sindical, e a ocupação do mesmo pelos comunistas, facilitou o acesso aos conselhos sindicais. Estas organizações no local de trabalho foram utilizadas como canal de irradiação política, garantindo o início do controle sobre os setores organizados dos trabalhadores metalúrgicos e transformando a militância comunista em uma força nada desprezível em relação aos grupos políticos atuantes na categoria.

V. A MORTE DE VARGAS E A MUDANÇA NA PRÁTICA DOS COMUNISTAS (1954-1955)

O ano de 1954 marca uma alteração sensível na atuação da militância comunista entre os metalúrgicos, indicando o posicionamento assumido por este grupo, a partir de então, até 1964.

O suicídio do presidente Vargas, no auge da chamada “crise de agosto”, gera uma torrente de manifestações de massa pelas ruas do país contra aqueles “entreguistas” e “aliados do imperialismo” que haviam precipitado um movimento golpista que destituiria o Presidente.

Os comunistas se encontravam em uma posição delicada. Se em alguns sindicatos formavam alianças com os trabalhistas, referendados por deliberações sindicais do partido já desde 1952, sua direção tecia duras críticas ao segundo governo Vargas, reforçando o coro oposicionista. Na base metalúrgica, desde 1953, os comunistas se situaram na oposição aos trabalhistas, com um discurso fortemente radicalizado.

No bojo das manifestações contra os “inimigos” de Vargas, setores da militância comunista se incorporaram aos protestos, o que não impediu que a massa destruísse sedes de publicações comunistas replicando os seguidos anos de ataques a Getúlio¹⁴. Esses ataques identificaram confusamente o PCB e a conservadora UDN (GORENDER, 1987: 22).

A partir desse momento, tendo também se incorporado de roldão às manifestações, a militância comunista metalúrgica do Rio de Janeiro quase que imediatamente sai da oposição aos trabalhadores para novamente a eles se aliar, embora ainda fora da direção sindical. A mudança foi tão drástica que pôde ser sentida no intervalo entre duas reuniões do sindicato. Em uma dessas reuniões, a mudança comunista chega a ser mencionada e criticada por elementos próximos à política varguista.

A característica da ação dos comunistas na base metalúrgica entre 1954 e 1955 é o apoio dado à política empreendida pela direção do órgão sob controle trabalhista. Os comunistas passam a se constituir num apêndice de defesa das posições da diretoria, lançando mão, nesse processo, de seu crescente controle sobre os trabalhadores, via fortalecimento em termos de conselhos sindicais. Esse fato fica claro na intervenção comunista ao longo da greve de 1955. Essa greve foi resultante da campanha salarial do mesmo ano, na qual a militância comunista centrou seus esforços no sentido de canalizar o ímpeto reivindicativo demonstrado pelos trabalhadores que organizaram e decretaram a greve a partir dos conselhos sindicais. O apoio comunista à prática da direção sindical trabalhista se configurou em um grande aporte à mesma, ainda que, enquanto resultado, os interesses dos trabalhadores fossem preteridos.

Com este tipo de intervenção e escorados em um crescente trabalho junto aos conselhos sindicais, os comunistas caminharam a passos largos para entrarem, formal e organicamente, na direção do sindicato, consubstanciando com os trabalhadores um bloco hegemônico à frente da

entidade.

VI. A POLÍTICA DE UNIDADE E A ALIANÇA COMPETITIVA (1955-1964)

A alteração prática da intervenção dos comunistas, aproximando-se dos trabalhadores, bem como seu crescimento em influência no seio da categoria, graças ao intenso trabalho na base, faziam com que o grupo comunista se apresentasse como uma força importante na montagem da chapa para a gestão 1955-1957.

A indicação do nome de Benedito Cerqueira, trabalhista da linha nacionalista¹⁵, de fácil trânsito entre os comunistas¹⁶, dá o toque final na constituição de um bloco único na direção sindical. Da parte dos comunistas, a alteração prática promovida com os eventos pós-morte de Vargas, embora não acompanhada no plano geral pelas deliberações do IV congresso do PCB (1954), garantiam a política de unidade¹⁷. O bloco único assim formado, baseando-se em uma política de unidade, agrupava na diretoria e no conjunto de ativistas sindicais elementos ligados aos mais diversos grupos políticos, tendo como grupo hegemônico a composição PCB-PTB “nacionalista”.

Para a militância comunista, a política de unidade tinha como essência a aliança competitiva,

¹⁵ A partir de então, Cerqueira desenvolveu uma rápida trajetória sindical. Rompendo os limites da referência metalúrgica, chegou a assumir, com o suporte comunista, relevância nacional integrando a direção de intersindicais, tais como a Comissão Permanente de Organizações Sindicais (CPOS) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Ao nível internacional atingiu os quadros diretivos da Federação Sindical Mundial (FSM).

¹⁶ Já desde de sua eleição e ao longo de toda sua gestão, os comunistas tiveram problemas com Eurypedes Ayres de Castro por suas ligações com o PTB “ministerialista”.

¹⁷ A política de unidade deixa de estar limitada ao âmbito sindical e entra nas linhas gerais de ação do partido, em termos de oficialização congressual, a partir do IV Congresso, ocorrido em 1954. Posteriormente ela foi reforçada e alçada à eixo central de atuação pela Declaração de Março de 1958 e pela resolução política do V Congresso, realizado em 1960.

¹⁴ Em algumas áreas e setores, o PCB buscou canalizar o descontentamento da massa, organizando atos e passeatas de protesto. Ver Fontes (1996).

isto é, por dentro da aliança, em seus limites, eles disputariam espaços de socialização e implementação de sua linha política com os outros grupos¹⁸. E assim o fizeram, vendo a cada eleição crescer o seu poder dentro da diretoria, chegando a ocupar, ao fim do período, cinco dos sete cargos da executiva do órgão.

Em seu processo de ascensão, os comunistas utilizaram os conselhos sindicais como sustentáculo de seu crescimento político, garantindo, no trabalho de base, o avanço sobre os demais grupos. Para tanto, foram incansáveis no estímulo ao surgimento e consolidação destas estruturas organizativas, o que lhes possibilitou um aumento significativo em termos de sua influência sobre a parcela organizada da categoria.

Incorporados à direção do sindicato, os comunistas vão utilizar seu crescente potencial de controle sobre os trabalhadores no sentido de efetivar a política da diretoria do órgão. Esta política constituiu um padrão de atuação bem explicitado nas campanhas salariais. Informada pelo legalismo no qual as normas jurídicas que regiam a vida, a organização e a prática sindical surgiam como limites últimos intransponíveis, a direção sindical metalúrgica atuava sempre visando o não-enfrentamento com o setor patronal¹⁹. Neste quadro, buscava-se manter o ímpeto reivindicativo dos trabalhadores canalizado para esta perspectiva. Mesmo utilizando o discurso mobilizatório, este surgia como mero elemento de pressão retórica. Pressão que nunca deveria passar para o momento da efetivação,

ficando as greves e paralisações completamente descartadas.

A radicalização dos procedimentos reivindicativos só entravam em pauta pela pressão dos trabalhadores que, em alguns momentos, conseguiram romper o controle efetivo da diretoria mantido através de seus dispositivos. Este rompimento ocorreu pontualmente ao longo da greve de 1957 e totalmente na campanha salarial de 1962.

Vale dizer que este mesmo padrão era alterado também pela própria diretoria quando se tratava das mobilizações nacionais. Sempre que foi solicitado pelos organismos intersindicais que os capitaneava, a direção se empenhou ao máximo na paralisação dos metalúrgicos, integrando-os firmemente a estes movimentos²⁰. As debilidades organizacionais, sempre alegadas como empecilhos no caso de um movimento específico, pareciam desaparecer quando de um movimento nacional e geral.

O apoio dado pelos comunistas a este padrão descontentava setores desta militância que eram mantidos sob controle pelo “centralismo democrático” e pela unidade na ação. Diferentemente de outros momentos, o partido conseguiu contornar as tensões e divergências de posições na base metalúrgica, mantendo suas deliberações. Claro está que isto se deu, muitas vezes, à base de práticas autoritárias por parte do partido pressionando seus membros.

VII. A ALTERAÇÃO NA DIREÇÃO SINDICAL E O GOLPE MILITAR: OS COMUNISTAS À FRENTE DO SINDICATO (1963-1964)

Ao longo de todo o período de vigência da política de unidade, o grupo que mais se beneficiou dela, tanto em termos de crescimento numérico, quanto de influência efetiva, foi o comunista. Tendo em vista suas especificidades enquanto grupo político, forma de organização e atuação, e seu intento de ser direção política da categoria metalúrgica, os comunistas não

¹⁸ Spindel (1980) chamou a atenção para esta prática do partido no período 1945-1946. Segundo Ulisses Lopes, “Cerqueira estava com os dias contados a partir do momento em que se aliou aos comunistas. Era o que acontecia com todos os que faziam isso”. Militante comunista, Ulisses Lopes desenvolveu uma trajetória importante no seio da categoria metalúrgica do Rio de Janeiro. Foi, ao longo do período estudado, base do sindicato, posteriormente delegado de conselho, chegando à secretaria geral da entidade no momento anterior ao golpe militar. Depoimento ao autor e a José Ricardo Ramalho em 23/09/1988.

¹⁹ Boito Jr. (1991) assinala esta característica na prática sindical do período.

²⁰ Erickson (1979: 146 e segs.) faz referências constantes à participação dos metalúrgicos do Rio de Janeiro como integrantes importantes dos movimentos articulados pelas intersindicais.

tiveram concorrência no que diz respeito ao trabalho na base da categoria.

Embora fossem ocupando espaços no interior da categoria e, decorrentemente, na direção sindical, para as lideranças intermediárias comunistas, na base metalúrgica, o nome de Cerqueira na presidência do órgão era intocável. Parecia inócuo ter o cargo de presidente da entidade se o mesmo já era ocupado por um elemento que, no geral e no específico, acabava por se aproximar das linhas do partido²¹. Para setores da militância do partido, no entanto, esta visão não era a mais correta²². Isto porque viam nela o atrelamento da atuação comunista à relação com Cerqueira e o impedimento de se avançar para além deste limite, refletido no padrão de atuação da diretoria enquanto representante dos interesses dos trabalhadores metalúrgicos.

Se, pelo menos em termos oficiais, os comunistas gostariam de ter sempre Cerqueira como “fachada”²³, e fizeram o possível para tanto, os interesses políticos individuais dele acabaram por dar um fim ao esquema montado. Em 1963 Cerqueira se elege deputado federal, indo para Brasília e deixando para os comunistas, quisessem ou não, a presidência do sindicato.

No período em que estiveram na presidência da entidade (1963-1964), na verdade, os comunistas pouco ou nada modificaram na forma de atuação do órgão, tendo em vista que já de algum tempo vinham compartilhando a definição das linhas assumidas pela diretoria. O que sobressai são as tensões internas sofridas pelo PCB em

termos gerais e na base metalúrgica, especificamente, trazendo para a militância comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro uma série de consequências. Se o “racha” partidário ocorrido em 1962, que deu origem ao PC do B, não teve maiores reverberações na base metalúrgica, a prática autoritária da direção partidária gerou deslocamentos, isolamentos e defecções na militância comunista entre os metalúrgicos. Parecia que apenas formalmente o “stalinismo” tinha sido execrado enquanto prática desde a “Declaração de Março de 1958”²⁴.

A gestão comunista foi interrompida pelo golpe militar de 1964. Pegos de surpresa²⁵ e informados pela orientação de não-enfrentamento, os comunistas na base metalúrgica nada fizeram para, em sua trincheira, obstar o avanço do movimento golpista que abre um novo momento de intervenções e perseguições atingindo duramente o movimento sindical brasileiro.

VIII. OS COMUNISTAS E OS CONSELHOS SINDICAIS DE EMPRESA: CONTROLE SINDICAL E AUTONOMIA OPERÁRIA

A análise da atuação da militância comunista no seio da categoria metalúrgica indica que,

²¹ Chilcote inclui Cerqueira em sua lista dos representantes do PCB eleitos entre 1925-1972, embora ressalve: “Cerqueira, provavelmente, era socialista e simpatizante do PCB” (CHILCOTE, 1982: 325).

²² A diluição política e a submissão dos comunistas frente a Cerqueira chegou a ser alvo de crítica implícita de Jover Telles, membro do Comitê Central do PCB. Cf. TELLES, 1962: 198.

²³ A justificativa, base da unidade, era que formalmente, em caso de retrocesso político, não se teria um comunista à frente do sindicato. Pode-se dizer que Cerqueira funcionava como elemento mediador na política de unidade, servindo como ponto de contato com os grupos mais conservadores que o aceitavam com mais facilidade que aos comunistas.

²⁴ Ulisses Lopes relata que, ao retornar de uma viagem à China, realizada através do PCB num intercâmbio entre sindicatos, foi chamado a dar explicações às lideranças do partido devido a comentários que teria feito no decorrer de sua estada, de passagem, na União Soviética. Depoimento ao autor e a José Ricardo Ramalho em 23/09/1988.

²⁵ Gorender assinala que “na direção do PCB, considerava-se a possibilidade de um golpe de direita. Mas a maioria do Comitê Central confiava cegamente no muito comentado dispositivo militar [...]. Essa confiança no Estado burguês ficou expressa nas declarações de Prestes [...] que não haviam condições favoráveis a um golpe reacionário, mas se este viesse, [...] os golpistas teriam as cabeças cortadas [...]”. Em face de avaliação tão autorizada e otimista, que podiam fazer os simples militantes, em geral já então dominados pela aceitação da liderança janguista?” (GORENDER, 1987: 63). O então Secretário-Geral dos metalúrgicos, Ulisses Lopes, só soube do golpe ao passar pelo sindicato e vê-lo invadido pelas tropas da reação.

desde o fim da intervenção governamental e seu retorno ao espaço sindical (1950) até a formalização de sua entrada na direção da entidade e a partir da conformação da aliança competitiva (1955) que seguirá a frente do sindicato no período 1955-1964, os comunistas tinham como centro de sua política a constituição, propagação e ocupação dos conselhos sindicais de empresa.

Na lógica política desta atuação, os comunistas visavam: a disseminação de suas orientações programáticas, um incremento de quadros militantes, o aumento das áreas sobre sua influência e o correlato aumento de poder na disputa com outros grupos políticos, bem como a ampliação de seu controle, enquanto direção política, sobre os trabalhadores.

Apesar dos percalços, podemos dizer que os comunistas foram eficazes em sua intervenção. Ao fim do período vamos encontrá-los em uma situação privilegiada tendo sido o grupo político que mais cresceu em termos de quadros, poder político e influência no seio da categoria metalúrgica.

O trabalho dos comunistas se intensifica e entra em fase de forte ascendência a partir de sua entrada para a direção sindical (1955), dividindo e disputando espaços de atuação com seus aliados. Embora fosse uma proposta da diretoria como um todo, são os comunistas que vão se aproveitar do trabalho junto às bases.

Segundo documentação oral e escrita, nesse período todas as mobilizações levadas a cabo pela direção sindical, de festas a campanhas salariais, passando pela construção da nova sede do órgão, encontraram sustentação nos conselhos sindicais de fábrica.

Se é a partir do fim da intervenção ministerial que os comunistas começam o trabalho de estruturação e ocupação dos conselhos sindicais, é no período 1955-1964 que, na direção do sindicato, os comunistas solidificam e avançam cada vez mais a efetivação desta tarefa.

Na teoria, para todas as direções que passaram pelo sindicato de 1955 a 1964, as atividades dos conselhos eram demarcadas e restritas. Reforçando a visão já encontrada nos estatutos de 1933 (STOTZ, 1986), o relatório de atividades da diretoria do ano de 1958 assinala

que era tarefa dos delegados escolhidos nas empresas serem “representantes do sindicato junto às direções das empresas e aos companheiros de trabalho, defendendo junto àqueles, os direitos adquiridos por estes”. Os delegados se constituiriam no “ponto de ligação do sindicato com a massa trabalhadora, levando a ela a orientação sindical” e trazendo ao sindicato “as informações das ocorrências verificadas nos locais de trabalho”. A escolha de tais delegados poderia se dar “pelos mais variados processos: abaixo-assinados, votos por aclamação e em escrutínio secreto”. O documento ressalta que era entre esses delegados que eram “escolhidos os integrantes das várias comissões internas, delegações aos congressos e finalmente os dirigentes” da entidade, concluindo que “sem eles as diretorias não realizariam os seus programas” (RELATÓRIO de atividades do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, 1958).

Podemos observar que, pelo exposto, os conselhos são apenas órgãos do sindicato dentro das empresas e, embora assinala-se ser daí que saem os quadros para a linha de frente das atividades, estes organismos tem uma atuação restrita. Levando-se em conta que esses relatórios eram produzidos para serem entregues ao Ministério do Trabalho, neles não poderiam mesmo estar expressas as definições e orientações dos conselhos. Na prática, a dimensão assumida pelos conselhos e suas atividades, superam esta ou aquela definição, como ocorreu ao longo da história organizativa dos trabalhadores metalúrgicos do Rio de Janeiro.

É correto afirmar que os conselhos sindicais de fábrica ou empresa funcionavam como coletores das taxas e contribuições cobradas da base, resolvendo pequenos problemas entre trabalhadores nas empresas, servindo de mediação entre as direções das empresas e os trabalhadores e também como forma de ligação entre o sindicato e sua base. Todo o tempo estas atividades foram contempladas nas ações dos conselhos. Mas eles não se reduziram a isto. Pelo menos grande parcela deles pode ser identificada enquanto um local de discussão política e de organização e mobilização dos trabalhadores dentro das empresas em articulação com as atividades sindicais. Além disso, eram o espaço imediato de participação político-sindical, onde

os trabalhadores diretamente, a partir de seu local de trabalho, podiam expressar seus interesses, fossem eles quais fossem e discutir o melhor encaminhamento na busca dos mesmos. Nesse particular poderiam, como aconteceu algumas vezes, discordar da política defendida pela direção sindical e via conselho externar tal discordância. Isto levou mesmo a que, em certos momentos, eles ultrapassassem a direção do sindicato obrigando-a a fazer alterações de curso.

Os pontos apresentados realçam o espaço de autonomia estabelecido pelos conselhos frente à diretoria sindical. A eles podemos acrescentar aquele que diz respeito à eleição dos delegados. Embora definido que só poderiam votar os sindicalizados, coerente com o fato de serem órgãos do sindicato, muitos foram os conselhos constituídos e eleitos com votos de não-sindicalizados, contemplados também com a participação nas reuniões, discussões e deliberações. Nesta linha observamos que, mesmo sendo considerados e definidos enquanto estruturas do sindicato, os conselhos sindicais metalúrgicos não tinham sua diretoria indicada pela direção sindical, como acontecia nas delegações da entidade, mas sim eleita pela base que possuía também, com exclusividade, o direito e a autoridade de destituí-la caso achasse conveniente. Ao sindicato cabia apenas o dever de referendar o resultado da escolha, concordando ou não com ela. Não houve nenhuma escolha, no período, mesmo que de nomes contrários à diretoria do sindicato, que não tenha sido por esta reconhecido.

É claro que estruturados desta forma e tendo como essência de seu funcionamento a livre participação dos trabalhadores, os conselhos acabavam tornando-se uma faca de dois gumes para as diretorias. Ao mesmo tempo em que traziam os trabalhadores para a mobilização e a organização e os aproximava da vida sindical, serviam também para garantir aos mesmos a possibilidade de interferir mais diretamente nos encaminhamentos para a conquista de suas reivindicações, acompanhando de perto os movimentos daqueles que pretendiam assumir sua direção política, checando, assim, a relação de seus interesses com os mecanismos estabelecidos para a sua realização.

Os conselhos tinham como fórum de reunião o conselho de representantes onde, como já ditava a tradição, reuniam-se toda última sexta-feira do mês contando sempre com a presença de diretores da entidade. Nesses encontros eram debatidos os mais diversos assuntos, desde a atuação do governo até a organização de bailes, garantindo grande espaço para o relato, a discussão e a articulação das ocorrências no interior das fábricas. Através desses relatos podemos ter a dimensão da relação estabelecida pelos trabalhadores com seus patrões dentro do espaço fabril: de forma direta, a perseguição constante perpetrada pelos mesmos sobre os delegados dos conselhos e as péssimas condições de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores. Tudo isso tendo como pano de fundo, na grande maioria das empresas, a relação patriarcal estabelecida pelos patrões com “seus” trabalhadores.

No período 1955-1964, a tensão expressa em uma relação deste tipo teve uma resolução a partir da política, diferentemente do período da intervenção no qual os conselhos foram sufocados e paralisados ao serem obrigados, para poderem existir, a virar meras correias de transmissão das orientações do interventor.

Nos pronunciamentos e atividades das direções, eram frequentes as afirmações da importância da organização no local de trabalho como pilar de sustentação das atividades da entidade classista e da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores. As direções lutavam pela constituição dos conselhos onde eles não estavam estruturados e pelo reconhecimento dos mesmos pelas empresas onde eles existiam ou passavam a existir, quer diretamente relacionados à prática dos trabalhadores, quer relacionados à intervenção constituidora do órgão sindical. É fato que, ao longo do processo, as direções trabalham no sentido de não só garantir espaços de participação a estes órgãos, como também de necessitar cada vez mais deles na definição, elaboração e efetivação das atividades do sindicato. Assim, dificilmente poderíamos separar qualquer atividade da direção sindical que não tenha, pelo menos, sido discutida nas reuniões do conselho de representantes, sendo que as mais importantes foram, necessariamente, referendadas por esta estrutura. Isto não só por uma concepção

que realmente existia, mas, sobretudo, porque do contrário elas se inviabilizariam.

Vale dizer, contudo, que por mais aberta e democrática que tenha sido a forma de relação estabelecida entre a direção sindical e a sua base, via conselhos sindicais de fábrica, e da direção sindical com estes conselhos, está embutida na prática da diretoria, tendo como linha de frente a militância comunista, a visão dos conselhos enquanto lugar de controle dos trabalhadores. Isto acaba por camuflar-se na ótica de que os conselhos são órgãos do sindicato, devendo difundir sua política.

A busca do controle das bases, via conselhos sindicais, estava inscrita em uma disputa dentro das empresas com o patronato que tentava, insistentemente, a partir dos descontentamentos, acertar duros golpes na direção sindical. Além disso, inscrevia-se na necessidade da diretoria do sindicato ter como sustentar e repassar sua política de ação a partir da construção do consenso. Para tanto, a direção sindical utilizava os conselhos mais próximos à sua linha de atuação, isto é, em grande medida, os hegemonizados por um dos grupos pertencentes ao bloco diretor e que não por acaso eram os mais fortes e atuantes, possuindo um espectro de intervenção que transcendia suas fábricas de referência. Isto era muito sentido, por exemplo, nas assembléias onde tais conselhos funcionavam como multiplicadores de opinião e posições defendidas pela diretoria. Deve-se ressaltar, ainda, que o controle das bases se relacionava também diretamente com a disputa interna na direção sindical. Ainda que aliados, os grupos políticos disputavam seus espaços de poder conseguidos em detrimento dos demais. Nessa disputa, o lastro definidor era o trabalho de base.

A contribuição dada pela militância comunista em termos da constituição e atuação dos conselhos sindicais, como já assinalamos, sobressai diante da oferecida pelos outros grupos. O trabalho de base era sugerido e praticado com insistência por esta militância que, através de lutas gerais e/ou específicas, reforçavam a importância da consolidação da organização no local de trabalho. Espelhando este tipo de preocupação, em seguidos relatórios da diretoria, uma liderança intermediária do PCB, o operário José

Lellis da Costa, era chamado de o “visitador”, devido à sua frequência nas empresas estimulando, de diversas formas, a participação e a organização dos trabalhadores²⁶.

A ação comunista nestes moldes, na base metalúrgica, acabou levando a que os conselhos mais fortes, atuantes e organizados, fossem controlados por seu grupo. Decorreu daí uma ampliação da base comunista entre os trabalhadores metalúrgicos, à medida em que os conselhos funcionavam, direta ou indiretamente — em termos de atuação partidária —, como agências de cooptação. O processo de cooptação, aqui, deve ser entendido no sentido amplo, já que significa, como ocorreu na maioria das vezes, não só a cooptação para a estrutura orgânica do partido. Conjugadamente, ocorreu também o que chamaríamos de cooptação política, isto é, onde o indivíduo, mesmo sem aderir à estrutura partidária, passa a defender e difundir a política da mesma.

Os conselhos se revestiam assim, para os comunistas, de um espaço central de atuação. A centralidade decorria do fato de que não existiam instrumentos mais apropriados, no sentido

²⁶ Esta forma de atuação parecia se identificar com o movimento geral indicado por Corrêa (1980) que, ainda que de maneira auto-crítica, assinala, no tocante ao trabalho de base efetuado pelo PCB, que “nenhuma organização política partidária, à exceção dos comunistas, conseguiu estar presente nos locais de trabalho de modo organizado. O getulismo, o janguismo, o adhemarismo, o janismo etc., existiram nos locais de trabalho como movimentos de opinião. Os católicos, quando existiram, o que foi raro, apareceram como comunidade fechada. Mesmo no caso dos comunistas não houve um enraizamento sólido nas empresas” (CÔRREA, 1980: 152). Ainda que realçando as debilidades então existentes, Corrêa assinala que “naquela época se avançou muito. Por exemplo, na Guanabara, os Sindicatos dos Têxteis, dos Bancários e dos Metalúrgicos tinham um sistema razoável de comissões sindicais de locais de trabalho. E eram muito ativas. O Sindicato dos Metalúrgicos, presidido pelo Benedito Cerqueira, também. Você reunia os Conselhos de Fábrica e era uma verdadeira assembléia com três mil trabalhadores. No meu sindicato, a mesma coisa: compareciam mil, mil e tantos, quase dois mil trabalhadores. Era o pessoal ativista sindical de primeira linha” (1980: 34).

de se garantir a sustentação e a reprodução de uma determinada linha política, do que as organizações no local de trabalho²⁷. Mesmo se pensarmos nas células comunistas existentes nas empresas, este trabalho era impensável. Devemos lembrar que o PCB era um partido ilegal, o que restringia o campo de sua participação aberta. Já os conselhos eram estruturas de participação mais amplas, seja em termos de participação propriamente dita ou ainda de discussão. Vale ressaltar que em alguns conselhos, a reunião — entendida aqui como reunião dos três delegados membros de sua direção e não destes com a massa de trabalhadores da fábrica — era, em muitos dos casos, uma reunião da célula partidária. Isto ocorria nos casos de controle comunista. Nesses casos, os conselhos podiam funcionar como células ampliadas do partido de forma ainda mais eficaz²⁸.

Muitas vezes ficava explicitada no discurso dos militantes não só a questão da “mistura” entre reunião sindical e reunião partidária, como também era realçada a visão de que, com um conselho sob o controle de uma força identificada com a direção sindical, não havia problema entre este e a base de sua empresa e a política da direção do sindicato. Pelo menos era o que se acreditava. Porém, as coisas nem sempre aconteceram desta forma.

Analisando as atividades desenvolvidas pelas diretorias, a partir do momento em que os comunistas passam a integrar a direção da entidade, podemos perceber que na maioria das oportunidades as mesmas conseguiram, via determinados dispositivos, conformar uma base de sustentação às suas propostas. Podemos indicar dois destes instrumentos que se

sobrepõem em importância aos demais: os conselhos que cobriam a massa de trabalhadores organizada nas empresas onde existiam²⁹ e que serviam de multiplicadores nas assembléias, encontros etc.; e os discursos, a representatividade e o carisma de algumas figuras, tendo destacado relevo o trabalhista Benedito Cerqueira. O carisma deste último perpassava toda a categoria, atingindo sobretudo a massa desorganizada fora do alcance da estrutura dos conselhos.

A ação destes dispositivos era bastante sentida nas campanhas salariais onde a direção sindical, incluído aí o PCB, tentava impor seu padrão de atuação ao movimento dos trabalhadores. Com toda a eficácia prática apresentada por esses dispositivos de sustentação, existiram situações nas quais todo o aparato de controle não foi suficiente para garantir o encaminhamento da política defendida pela direção sindical. Este padrão foi mesmo ultrapassado pelos trabalhadores, ainda que momentaneamente, em algumas circunstâncias, forçando uma alteração na prática de suas lideranças.

IX. OS TRABALHADORES E A MUDANÇA NO PADRÃO DE ATUAÇÃO DA DIREÇÃO SINDICAL

Como já indicado em um item anterior, as campanhas salariais são o momento privilegiado para percebermos a atuação da direção sindical e dos demais agentes envolvidos. Tais campanhas apresentavam, no corte temporal proposto, algumas constantes que caracterizavam as práticas dos atores sociais e o cenário onde se desenrolaram as ações.

Definindo a prática dos dois atores imediatos envolvidos, isto é, a representação patronal e a

²⁷ Esta preocupação foi por diversas vezes assinalada nos documentos partidários do período.

²⁸ Um dos agentes envolvidos em todo este processo reforça em seu relato esta visão, indicando que “em algumas empresas não havia problema (na relação direção sindical/conselho), porque a corrente política dominante estava tão intimamente ligada à direção do sindicato que, ali, as reuniões sindicais nada mais eram que extensões das reuniões da organização partidária”. Relato por escrito fornecido pelo Sr. Ulisses Lopes ao autor.

²⁹ Um levantamento feito por Stuart (1992), indica que “o total de metalúrgicos empregados em estabelecimentos organizados, levando-se em conta todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, é de 30 282 trabalhadores. Este número representa mais da metade do total de trabalhadores agrupados pelo STIMME/RJ em 1961, já que a categoria metalúrgica para este ano compõe-se de 60 000 trabalhadores” (STUART, 1992: 55). Tendo maior incidência em empresas de porte médio (de 100 a 499 empregados), segundo Stuart, dados do sindicato apontam, em 1961, a existência de 140 conselhos organizados.

liderança sindical enquanto representação dos trabalhadores, podemos dizer que a primeira foi caracterizada por uma constante intransigência nas negociações. No caso da representação dos trabalhadores, esta se pautou por uma incansável disposição de negociação e resolução das questões pelas vias institucionais, “dentro da mais perfeita ordem”, à custa mesmo dos interesses dos trabalhadores, se fosse preciso.

Uma terceira parte envolvida, o Estado, além de sua presença em termos de legislação, interferia definindo os índices apresentados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SEPT) que aferia o custo de vida. Estes indicadores, que serviam enquanto limite nas negociações salariais, pareciam sempre muito abaixo do real vivido pelos trabalhadores. O índice determinado pela SEPT servia como referência legal, oficial, nos julgamentos dos dissídios coletivos na Justiça do Trabalho e era utilizado como piso nunca ultrapassado com o qual os empregadores jogavam no processo.

Neste quadro, devemos incluir um outro elemento que, supostamente, já fazia parte do elenco: os trabalhadores. Mesmo tendo sua representação de fato e de direito — aliás bastante referendada por eles —, existiram situações em que, divergindo da condução das negociações por seus representantes e escapando ao controle destes, os trabalhadores estabeleceram uma alteração na rotina existente.

Em termos gerais, as campanhas no período 1955-1964 ocorreram sempre tendo como pano de fundo um quadro econômico marcado pelo aumento crescente do custo de vida, pelo contínuo desgaste sofrido no valor do salário mínimo e por uma ambigüidade do Estado para com o movimento operário.

Em um momento como o referido, de agravamento das condições de vida dos trabalhadores, é louvável a tentativa de seus órgãos representativos de buscarem a defesa dos interesses de seus representados. Ocorre que, na prática, esta defesa terminava sempre nos julgamentos da Justiça do Trabalho no plano local ou, em caso de recursos, no plano federal.

Como todo o conjunto da classe trabalhadora, os metalúrgicos do Rio de Janeiro também

encontraram estes limites. Seguindo uma orientação legalista, seu órgão de classe poucas vezes conseguiu superá-los e, mesmo quando em certos momentos chegou-se ao movimento grevista, por fim acabou-se por submetê-lo aos trâmites institucionais, não conseguindo sequer retirar do mesmo todas as potencialidades geradas em um movimento deste tipo.

A postura da direção da entidade, hegemonizada pela composição PCB-PTB, nem sempre explícita, era de aceitar as regras do jogo e tentar avançar por dentro dele. Em nome de um chamado realismo político, aceitava-se um processo de negociação que raras vezes beneficiou os trabalhadores, obtendo percentuais até mesmo inferiores aos índices do custo de vida aferidos pelo governo. A justificativa nesse caso era de que o momento não seria propício, pois os trabalhadores não estavam preparados em termos organizativos e não valia a pena radicalizar com uma greve, por exemplo, porque podia-se, supostamente, obter maiores frutos sem ela. Esteve sempre presente uma lógica de atuação na qual o movimento grevista tinha dificuldades de ser aceito mesmo em sua função clássica, isto é, como instrumento de pressão no processo de negociação.

As justificativas da diretoria ficam prejudicadas quando percebemos que os trabalhadores, ainda quando apresentaram organização suficiente — estimulados em parte pela própria direção —, e demonstraram disposição de lutar por seus interesses, ou foram frenados por seus representantes ou viram seu ímpeto ser diluído em mesas de negociação.

Com isto não se está querendo abolir a importância e os limites impostos pelas condições materiais e, muito menos, afirmar que as greves eram em abstrato a saída para os problemas dos trabalhadores metalúrgicos. O que se pretende é assinalar que, para além das condições, havia uma política deliberada que informava a prática da diretoria do sindicato e que ficava patente nos discursos de seus membros que pouco se alterava, seja lá que campanha e que momento fossem. Os relatos de participantes³⁰ indicam

³⁰ Relatos fornecidos pelo Srs. Ulisses Lopes e Heraclides Santos ao autor e a José Ricardo Ramalho.

que, a portas fechadas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) Cerqueira apresentava uma incansável disposição de negociar, embora sempre em bases desfavoráveis, arrastando consigo os comunistas. Estes estavam orientados e presos por sua política de unidade e com receio de rompê-la, colocando-a como limite último nunca ultrapassado.

Os comunistas tinham um papel importante neste modelo de atuação tendo em vista que eram os responsáveis pelo controle dos conselhos mais importantes, fortes e atuantes e que supostamente serviriam de disseminação das posições defendidas por eles. Se oficialmente o PCB apoiava as orientações de Cerqueira nas negociações, haviam sérias divergências na militância comunista. Tradicionalmente, capitaneando as comissões de salários — órgão responsável pelo gerenciamento da campanha junto à direção sindical —, os militantes comunistas sempre solicitavam percentuais mais elevados acima mesmo do custo de vida definido pela SEPT. Porém, ainda que no início das campanhas esses percentuais fossem apresentados à assembleia geral da categoria, no processo de articulação entre Cerqueira e as lideranças comunistas na base metalúrgica, em nome da unidade prevaleciam os argumentos de Cerqueira. Esta postura gerava tensões internas na militância comunista sanadas com muita dificuldade.

Se na expectativa da diretoria os conselhos poderiam servir de base de sustentação à sua política, na prática eles serviram em alguns momentos para lhe trazer certos transtornos. Podemos separar três destes momentos que, por suas características, apresentam as tensões inerentes à relação direção política/espontaneidade. São eles: as greves de 1955 e 1957 e o movimento mobilizatório da campanha salarial de 1962.

Os dois movimentos grevistas tiveram em comum o fato de terem se estruturado a partir dos conselhos sindicais, pressionando a direção sindical no sentido de alterar sua conduta em termos das negociações salariais. Se encampava o movimento de paralisação — às vezes apenas formalizando um início já deflagrado na prática —, a direção passava todo o tempo tentando reverter o quadro e atenuar o ímpeto reivindicativo dos trabalhadores fazendo com que fosse canali-

zado para vias institucionais. Ao longo de dois dias alternados de paralisação de 1955 e de oito dias consecutivos de parede em 1957, os trabalhadores metalúrgicos viram seu movimento refluir e se diluir em negociações infundáveis, tendo, ao final, poucos resultados. Assim, embora tenham conseguido pontualmente alterar a rotina de atuação da diretoria da entidade, os trabalhadores metalúrgicos se submeteram ao desgaste de inúmeras reuniões, assembleias e votações que os trouxe novamente ao controle de sua liderança.

Embora não tenha resultado em um movimento de paralisação, a mobilização decorrente da campanha salarial de 1962, acabou por se tornar exemplar em termos da explicitação não só das tensões entre a direção e a base de trabalhadores como também das contradições vivenciadas pela militância comunista.

Como todas as demais campanhas salariais, a de 1962 começou com os patrões intransigentes, uma diretoria que mesclava discurso mobilizatório e ampla margem de flexibilização no processo de negociação e uma massa de trabalhadores descontente com sucessivos acordos que lhes eram nitidamente desfavoráveis. Semelhante em seu início, logo esta campanha vai diferir das demais em seu encaminhamento. O quadro no qual ela se estabelecia apresentava, no nível geral, uma grande dinâmica na vida política nacional tendo o movimento sindical como um dos seus atores principais. No nível específico, uma categoria que experimentava as agruras proporcionadas pelo custo de vida, conjugado ao ínfimo salário percebido, e que, na campanha anterior (1961), indicava ter chegado ao ápice de seu descontentamento com os encaminhamentos da direção.

O desenrolar da campanha se deu da seguinte forma. A SEPT fixava como índice do custo de vida o percentual de 33,71%, os empresários, como de costume, ofereciam poucos 21,5% e os trabalhadores estabeleceram o percentual de 70% a ser reivindicado para o aumento de seus salários. Um dos primeiros fatos importantes, que vai dar o tom da campanha, foi a grande participação dos metalúrgicos do Rio de Janeiro na greve geral do dia 05 de julho de 1962, comandada pela Confederação Nacional dos Tra-

balhadores na Indústria (CNTI), reivindicando a constituição de um gabinete ministerial nacionalista e contra a ameaça de golpe no país (ERICKSON, 1979: 151). Embora articulada ao quadro nacional, a paralisação fez com que a proposta patronal logo em seguida chegasse ao patamar dos 45%, sendo a mesma rejeitada em assembléia pelos trabalhadores.

Nas sucessivas reuniões em mesa-redonda no Ministério do Trabalho, os empresários tentaram manter o índice citado. Os trabalhadores são veementes em sua ação. Diante do impasse, os empresários elevam a proposta para 50% e, pela primeira vez em anos, a rotina do jogo se altera. Resolutos, os trabalhadores obrigam a sucessivas alterações nos percentuais oferecidos pelos empresários. Os 50% são rejeitados em assembléia. Mesmo que desejasse, ficava difícil para a direção sindical retirar o ímpeto do movimento com suas antigas justificativas. Isto porque, ao longo da própria campanha, ela havia solicitado aos metalúrgicos a paralisação da categoria em uma greve nacional, à qual eles responderam de forma positiva, apresentando um certo grau de organização e mobilização.

Tentando solucionar a situação, o Departamento Nacional do Trabalho (DNT) apresenta uma proposta de conciliação sustentando o índice de 55%. Esta proposta foi apresentada aos trabalhadores em assembléia onde seria votada. O momento era decisivo à medida que, diante de uma proposta supostamente favorável aos trabalhadores — com índice acima da média do custo de vida —, aqueles que defendiam a orientação do não-enfrentamento, como sempre aconteceu, tinham grande chance de paralisar o processo e canalizá-lo para outras vias.

A votação estabeleceu-se em um clima tenso na plenária. Conselho a conselho vai se definindo quem é contra ou a favor da proposta. Segundo as atas da reunião, aqueles que se posicionavam a favor da aceitação eram “vaiados estrepitosamente”. Cerqueira tentou fazer com que os “exaltados modificassem suas atitudes, no que não foi atendido”. O clima de tensão acabou desembocando em cadeiradas. Restabelecida a calma, a proposta de conciliação foi rejeitada pela maioria.

Um dado bastante significativo é a partici-

pação de setores da militância comunista nesse processo de radicalização. Como já indicado, cabia ao militante comunista — integrado aos conselhos sindicais — o papel de tentar passar a política da direção sindical aos trabalhadores de sua base. Tinha como tarefa, também, intensificar e ampliar o espectro de ação do partido junto a esta mesma base. Além disso, não podia esquecer do fundamento e da razão da existência do cargo que ocupava, sustentáculo das tarefas referidas acima: representar os interesses dos trabalhadores, servindo-lhes como elo de ligação com o sindicato.

Para que o militante conseguisse passar a proposta do partido e viabilizar a política da diretoria era preciso que tivesse representatividade em seu local de trabalho. Do contrário, seu discurso cairia no vazio. No momento em que o descontentamento dos trabalhadores em relação às propostas da direção sindical aumentava, a situação dos delegados sintonizados com ela periclitava, facilitando o trabalho da oposição, seja dos empresários ou de grupos políticos, quando haviam, que disputavam os espaços na fábrica.

O que ocorreu na campanha de 1962 foi exatamente isso. Deterioração salarial, conjuntura nacional politicamente radicalizada, descontentamento com sucessivos acordos lesivos aos seus interesses, criaram uma atmosfera explosiva nas fábricas, promovendo uma pressão da base em seus delegados. Até alguns comunistas foram arrastados de roldão, tendo que acabar optando entre a representação de sua base — do que dependia a sobrevivência política de sua organização partidária no seio da categoria — e as orientações emanadas deste mesmo partido que se chocavam com os interesses imediatos dos trabalhadores metalúrgicos.

O exemplo claro do que dizemos está na intervenção dos trabalhadores da Fábrica Nacional de Motores (FNM) que foram à assembléia relatada acima com disposição de manter os índices reivindicativos em patamares elevados e foi o que fizeram. Vale dizer que, embora a delegação da empresa fosse hegemônica pelos comunistas, o Círculo Operário Católico — organização operária vinculada aos setores conservadores da Igreja — como em nenhum outro

lugar, rivalizava e disputava com o partido a influência dentro da empresa³¹. A radicalização dos operários da FNM ficou explicitada nas duras críticas contra Cerqueira proferidas na assembléia por Jarbas Amorim, um militante comunista que era delegado daquela fábrica. Possivelmente, no clima imperante, se tivesse assumido uma posição contrária àquela defendida por seus pares de empresa, ele teria cometido um suicídio político, levando consigo a representação conquistada e o trabalho efetivado pelo partido. Posicionava-se, como em outros momentos, contra as orientações do PCB, mas em defesa do espaço político conquistado pelo partido no interior do movimento sindical. Assim, no calor da hora, era possível ver comunistas, ainda que em um mesmo partido, dos dois lados da barricada.

No decorrer do processo, os trabalhadores recusaram outra proposta de conciliação, feita pelo TRT, de 58%. Ao invés de aceitarem a proposta do TRT, os trabalhadores indicam o começo da greve da categoria. O índice de 70%, reivindicado pelos trabalhadores, continuava inalterado. A propaganda da greve já ia para a gráfica e as mobilizações nas fábricas começavam quando o TRT marca a data do julgamento do dissídio para a véspera da deflagração do movimento. A propaganda foi alterada, tendo como eixo uma paralisação e uma concentração em frente ao Tribunal.

Neste dia, grande número de empresas tiveram seu trabalho paralisado e cerca de dez mil metalúrgicos estiveram presentes no TRT. Tal ato teve forte poder de pressão que, conjugado à firmeza com que os trabalhadores se posicionaram ao longo de toda a campanha, conseguiu arrancar dos empresários e da Justiça do Trabalho uma vitória não apenas moral, como sempre argumentou a diretoria nos fins das mobilizações — e esta o foi realmente —, mas também, o que sempre faltou, uma vitória em índices que atenuassem a penúria em que viviam os trabalhadores metalúrgicos. A sentença do TRT estabeleceu um percentual de 70% de aumento, sendo 65% imediatos e os restantes 5% em

fevereiro de 1963. Vitoriosos, os metalúrgicos realizaram uma passeata de retorno à sede de seu órgão de classe.

Mais do que qualquer outro momento, os trabalhadores deram o tom da música tocada em toda a campanha, do início ao fim. Com isso lograram alterar, a partir de suas organizações de base, a prática implementada pela direção de sua entidade de classe.

X. CONCLUSÃO

A análise da atuação do PCB na categoria metalúrgica do Rio de Janeiro demonstra que este partido, embora tenha conseguido ao longo do tempo desempenhar o papel de direção política dos trabalhadores — norteando, segundo seus interesses partidários, a trajetória dos mesmos através do controle que estabeleceu progressivamente nas organizações de base, dentro das empresas —, encontrou sérias dificuldades na efetivação dessa tarefa. Em primeiro lugar, os limites impostos por sua política de unidade que, em alguns momentos, embora houvesse divergências entre o PCB e seus aliados, e seu poderio fosse superior, ela o submetia a eles. Em segundo lugar, as divergências que ocorreram no interior da sua militância, que não foram raras e muitas vezes desnudaram os desacertos gerais entre linha política e intervenção prática, marcando a atuação do partido ao longo de todo o período. Junte-se a isto a resistência à sua política, por diversas vezes, entre os trabalhadores que, em determinados contextos, ultrapassaram os limites delimitados por sua liderança, impondo um novo direcionamento na busca da realização de seus interesses.

Podemos dizer que se o partido ao fim do período se constituía no grupo político mais forte em termos de representatividade e controle da base de trabalhadores, sua responsabilidade na conformação das práticas da entidade sindical, entretanto, deu-se sempre mediada pela relação estabelecida entre o partido e sua base partidária, com os trabalhadores e na sua relação com os outros grupos políticos no interior da categoria metalúrgica, aos quais estava aliado, principalmente o trabalhista. Estas relações concretas serviram de moldura para a atuação do PCB. Nada se fez que não tivesse sido negociado com o meio social onde os comunistas

31 Ramalho (1989) traz uma análise detalhada da militância política no interior da empresa.

buscavam implantar sua linha política.

Tanto quanto as orientações e linhas partidárias, as referidas relações servem como pontos esclarecedores da forma de ação do partido. Sem pretendermos afirmar que a ação do PCB na categoria metalúrgica era totalmente singular, se comparada a atuação deste partido em outros setores, diríamos que ao menos ela foi especificada, contextualizada em diversos pontos. Embora se propusesse, como todo partido, uma linha de ação unificada, o PCB, devido ao descompasso entre orientações gerais e sua intervenção prática, possibilitava um espaço amplo para a delimitação de sua intervenção entre os metalúrgicos. A solução deste descompasso no caso dos metalúrgicos foi encontrada, dependendo da correlação de forças, ora em uma dada aceitação da “desobediência”, ora com práticas autoritárias advindas da liderança partidária. Devemos assinalar que o aumento do controle do partido sobre os trabalhadores foi concomitante ao aumento de controle partidário sobre sua base militante.

Assim, pudemos ver que, longe de estarem distanciados da base de trabalhadores, os comunistas estavam bastante próximos dela, trabalhando para intensificar cada vez mais a

organização dos operários metalúrgicos. Em seu árduo esforço, os comunistas conseguiram atrair para a participação e socialização política mais amplas uma larga fatia de toda uma geração de trabalhadores. Neste processo, em nenhum momento desprenderam a luta específica de uma visão mais geral. Com o que vimos ao longo do texto, fica dificultada também a visão de que eles teriam obtido um controle quase absoluto, fazendo o que desejassem com as entidades representativas dos trabalhadores. Como se pudessem ter definido, meramente ao sabor de suas orientações, se estas entidades deveriam atuar “por dentro” ou “por fora” desta ou daquela estrutura. Em sua atuação na base metalúrgica do Rio de Janeiro os comunistas não foram nem todo-poderosos, nem “vítimas das circunstâncias”.

A associação dos resultados deste trabalho com aqueles fornecidos pelos estudos de abordagem mais geral, possibilita a ampliação do entendimento das modalidades de relação entre o PCB e o movimento sindical na conjuntura 1945-1964. Além do que, creio, contribui para a análise dos limites e possibilidades da intervenção dos partidos políticos no interior dos órgãos representativos de classe.

Marco Aurélio Santana (msantana@ifcs-ufrrj.com.br) é Mestre em Sociologia na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Professor de Sociologia do Departamento de História da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo e NOGUEIRA, Arnaldo. (1981). *O que são comissões de fábrica*. São Paulo, Brasiliense.

BANDEIRA, Moniz. (1983). *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil — 1961-1964*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BENEVIDES, Maria Victoria. (1989). *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo, CEDEC/Brasiliense.

BOITO Jr., Armando. (1991). *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo, Hucitec/UNICAMP.

BUONICORE, Augusto César. (1996). *Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952): entre a reforma e a ruptura*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP.

CARONE, Edgard. (1982). *O PCB — 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo, Difel.

CHILCOTE, Ronald. (1982). *Partido Comunista Brasileiro — conflito e integração*. Rio de Janeiro, Graal.

CORRÊA, Hércules. (1980). *A classe operária e seu partido*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- COSTA**, Hélio da. (1995). *Em busca da memória — comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta.
- DEBERT**, Guita. (1986). “Problemas relativos ao uso da história de vida e história oral”. In: **CARDOSO**, Ruth. (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DELGADO**, Lucília Neves. (1986). *O comando geral dos trabalhadores no Brasil — 1961-1964*. Petrópolis, Vozes.
- DELGADO**, Lucília Neves. (1990). “Partido-sindicato-Estado: integração e ruptura na crise do populismo”. Texto apresentado na XIV Reunião Anual da ANPOCS, datilo.
- ERICKSON**, Keneth Paul. (1979). *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- FARIA**, J. Henrique de. (1987). *Comissões de fábrica — poder e trabalho nas unidades produtivas*. Curitiba, Criar.
- FONTES**, Paulo. (1996). *Trabalhadores da Nitro-química — A fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP.
- GIOVANETTI Netto**, Evaristo. (1986). *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo, Novos Rumos.
- GORENDER**, Jacob. (1987). *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática.
- GRAMSCI**, Antonio e **BORDIGA**, Amadeo. (1981). *Conselhos de fábrica*. São Paulo, Brasiliense.
- HOBBSBAWN**, Eric J. (1987). *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KONDER**, Leandro. (1980). *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- MARANHÃO**, Ricardo. (1979). *Sindicatos e redemocratização*. São Paulo, Brasiliense.
- MARTINS**, Carlos Estevão e **ALMEIDA**, Maria Hermínia Tavares de. (s.d.). “*Modus in rebus*”. mimeo.
- MARTINS**, Heloísa de Souza. (1979). *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- MOISÉS**, José Alvaro. (1978). *Greve de massa e crise política*. São Paulo, Pólis.
- PACHECO**, Eliezer. (1984). *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- PCB**. (1980). *Vinte anos de política — documentos (1958-1979)*. São Paulo, Ciências Humanas.
- RAMALHO**, José Ricardo. (1989). *Estado patrão e luta operária — o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANTANA**, Marco Aurélio. (1992). *Partido e militância sindical — a atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ.
- SEGATTO**, José Antonio. (1989). *Breve história do PCB*. 2ª ed. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- SPINDEL**, Arnaldo. (1980). *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo, Símbolo.
- STOTZ**, Eduardo. (1986). *A união dos trabalhadores metalúrgicos do Rio de Janeiro na construção do sindicato corporativista*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF.
- STUART**, Lisa. (1992). *A atuação dos conselhos sindicais na indústria metalúrgica do Rio de Janeiro de 1953 a 1964*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ.
- TELLES**, Jover. (1962). *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, Vitória.
- THOMPSON**, Edward P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TROYANO**, Annez. (1978). *Estado e sindicalismo*. São Paulo, Símbolo.
- VIANNA**, Luiz Werneck. (1976). *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- VIANNA**, Luiz Werneck. (1983). *A classe operária e a abertura*. São Paulo, Cerifa.
- VIANNA**, Luiz Werneck. (1986). “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário — resenha de algumas tendências”. In: **DINIZ**, Eli

et al. O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, Cortez/ANPOCS.

VINHAS, Moisés. (1982). *O Partidão — a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec.

WEFFORT, Francisco. (1973). “Origens do sindicalismo populista no Brasil. (A conjuntura do pós-guerra)”. *Estudos Cebrap*, São Paulo,

4, abril/maio/junho.

WEFFORT, Francisco. (1978a). “Os sindicatos na política (Brasil 1955-1964)”. *Ensaio de Opinião*, São Paulo, 2-5.

WEFFORT, Francisco. (1978b). “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período (1945-1964)”. *Lua Nova*, São Paulo, 1.

OUTRAS FONTES

Entrevistas de Heraclides Santos, José Pereira Filho e Ulisses Lopes

Livros de atas das reuniões da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro com o Conselho de Representantes de 1947 a 1962.

Livros de atas das assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro de 1946 a 1963.

Livros de atas das reuniões da Diretoria do Sin-

dicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro de 1956 a 1960.

Problemas. Revista Mensal de Cultura Política, editada pelo PCB, no Rio de Janeiro, da qual foram pesquisados diversos números do período 1948/1955.

Relatório de atividades do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro dos anos 1949, 1958, 1960 e 1963.

